



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12481 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: análise documental sobre a oferta de vagas no IF Baiano

Kelly Cristina Brito de Jesus - UNICID - Universidade Cidade de São Paulo

Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz - UNICID - Universidade Cidade de São Paulo

IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: análise documental sobre a oferta de vagas no IF Baiano

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo analisar, a partir de pesquisa documental, a oferta de vagas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano - entre os anos de 2015 a 2019 para os cursos da educação profissional técnica de nível médio – EPTNM e do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. Os percentuais mínimos para as referidas ofertas estão previstos na Lei Federal nº 11.892/2008 e no Decreto nº 5.840/2006 e são 50% e 10%, respectivamente. Para tanto, a natureza deste estudo é teórico empírica com base em pesquisa e análise documental.

A literatura do campo da implementação de políticas públicas vem apontado a importância de ampliar a compreensão sobre o impacto da gestão no desempenho destas políticas (LOTTA; PIRES; OLIVEIRA, 2014; NOVATO; NAJBERG e LOTTA, 2020; OLIVEIRA; ABRUCIO, 2018; PIRES, 2018). Os responsáveis por cargos intermediários na implementação e definidos na literatura como burocratas de médio escalão – BMEs (PIRES, 2018) têm sido interesse de pesquisas recentes, visto que atuam diretamente para que a política pública seja colocada em prática (NOVATO; NAJBERG e LOTTA, 2020; PIRES, 2018). Perez (2010) assevera a relevância de pesquisar políticas educacionais implementadas para verificar em alguma medida se obtiveram êxito.

Neste sentido, pretende-se investigar nos relatórios de gestão institucionais o alcance dos percentuais legais nas 14 unidades do IF Baiano no que tange às ofertas de vagas da EPTNM e do Proeja. Ressalta-se que o desempenho geral da instituição é mensurado a partir de um amplo conjunto de indicadores, metas e compromissos constantes na legislação e normativas internas. Neste estudo será analisado apenas o alcance de dois índices conforme supracitado.

2 DESENVOLVIMENTO

O IF Baiano é uma autarquia do poder executivo, parte da administração indireta e vinculado à secretaria de educação profissional e tecnológica do ministério da educação - SETEC/MEC -, criado pela Lei n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008, com a finalidade de ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os níveis e modalidades, a fim de formar e qualificar cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008).

Para Pacheco (2010), a criação dos institutos federais expressa a compreensão do papel que a educação profissional e tecnológica tem no contexto social brasileiro e, portanto, deve ser reconhecida como ação concreta das políticas emancipatórias para a juventude brasileira, bem como para o desenvolvimento econômico e social do país. Portanto, são uma das principais políticas públicas educacionais voltadas à educação profissional no país, sobretudo por estarem capilarizados à nível territorial, presentes em todas as regiões brasileiras.

Segundo Novato, Najberg e Lotta (2020), a maioria das pesquisas centram as suas investigações nos formuladores ou nos agentes que são responsáveis por comunicar a política diretamente aos beneficiários. Os implementadores definidos na literatura como burocratas de médio escalão, ou seja, dirigentes, diretores, gerentes, coordenadores, dentre outros, ainda são pouco analisados pela literatura (LOTTA; PIRES; OLIVEIRA, 2014). São eles que traduzem decisão em ações, exercem papel tático-gerencial e técnico-político. Em outras palavras, são os principais negociadores na execução da estratégia e responsáveis em boa medida pelo êxito do desempenho da política (OLIVEIRA, ABRUCIO, 2018; NOVATO, NAJBERG, LOTTA, 2020).

A principal ferramenta de gestão destes implementadores é o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, documento normativo de planejamento pactuado com a comunidade interna e externa e construído democraticamente. O conjunto de indicadores que compõe o PDI e mensuram o desempenho da instituição estão estabelecidos de modo pulverizado na legislação, a saber: Lei de Criação, Decretos e Acórdãos do TCU, além dos que são definidos pelas instâncias gestoras internas durante a construção do planejamento a

cada cinco anos.

O desempenho institucional e a avaliação dos resultados são prestados por meio destes indicadores nos relatórios anuais de gestão, assinado pelo reitor e dirigentes de unidades, com o objetivo de demonstrar à sociedade a eficiência da instituição, além de fornecer dados e informações sobre a execução das estratégias previstas no planejamento, comunicar o alcance das metas pactuadas e/ou definidas por lei previamente e sinalizar a necessidade de tomada de decisões e ações corretivas, quando não alcançadas, por parte destes burocratas implementadores.

Nesta perspectiva, o desempenho do IF Baiano no ciclo planejado para os anos de 2015 a 2019 em relação a garantia dos dois percentuais definidos em lei para oferta de cursos da EPTNM e Proeja foram atingidos parcialmente. Até o ano de 2019, os percentuais de matrículas em cursos técnicos de nível médio alcançaram 78,7%, superando a meta de 50% necessários para atendimento da legislação – Art. 8º da Lei 11.892/2008, enquanto os cursos ofertados no Proeja alcançaram somente 1,5% da oferta da instituição, muito abaixo dos 10% previstos no §1º Art. 2º do Decreto 5.840/2006.

Um dado interessante a ser observado é a distribuição da oferta entre os campi do IF Baiano. Todas as 14 unidades realizam a oferta de cursos da EPTNM com alcance acima do percentual legal de 50%, ao passo que quatro unidades ofertam cursos na modalidade Proeja e apenas uma destas atinge o percentual mínimo legal de 10%. É importante mencionar a oscilação da oferta nesta modalidade entre 2,5 e 0,7% do total de vagas ofertadas pela instituição. Dados coletados na Plataforma Nilo Peçanha demonstram que a média nacional dos Institutos Federais em 2019 foi de 60,9% para a EPTNM e 2,2% para o Proeja.

O Proeja é um programa fundamental para atender à demanda de acesso de jovens e adultos à educação profissional e tecnológica de forma articulada com a elevação da escolaridade. São cursos, normalmente, ofertados no período noturno para jovens e adultos trabalhadores que não tiveram condições de dar seguimento aos seus estudos de educação básica na idade adequada. Portanto, é possível inferir que o desempenho insuficiente do IF Baiano nesta oferta nos cinco anos analisados compromete a garantia de dois direitos sociais, o direito à educação e ao trabalho para uma população historicamente alijada do processo educacional na idade adequada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar, a partir de pesquisa documental, a oferta de vagas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano - entre os anos de 2015 a 2019 para os cursos da EPTNM e do Proeja em relação ao atingimento de duas metas previstas na Lei 11892/08 sobre a oferta de cursos, a saber: 50% para cursos da educação

técnica de nível médio e 10 % para cursos ofertados pelo Programa de Educação de Jovens e Adultos.

A instituição apresentou uma excelente performance em relação ao percentual preconizado na lei para a oferta de EPTNM, entretanto ficou bem distante do segundo percentual de 10% para cursos do Proeja.

Ressalta-se que o processo de implementação desta política educacional ainda é relativamente novo, considerando a sua criação em 2008. Deste modo, acredita-se na relevância de abrir espaços de investigação empírica, por unidades, a partir da percepção dos burocratas implementadores em relação ao desempenho apresentado no ciclo de planejamento 2015 a 2019, que possibilitem o levantamento de limites, possibilidades e entraves na materialização de uma política educacional de tamanha importância.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm Acesso em: 01/09/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm. Acesso em: 01/09/2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Resolução nº 02, de 05 de fevereiro de 2015. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019. Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2015/12/pdi-2015-2019-versao-2018.pdf> Acesso em: 01/09/2022.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO. Relatórios de Gestão (Ano 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019). Disponível em: <https://ifbaiano.edu.br/portal/aceso-a-informacao/auditorias/relatorios-de-gestao/> Acesso em: 01/09/2022.

LOTTA, Gabriela. S Spanghero.; PIRES, Roberto. R. C.; OLIVEIRA, V. E. Burocratas de médio escalão: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, v. 65, n. 4, p. 463-492, 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1836> Acesso em: 27/12/2021.

NOVATO, Valéria de Oliveira Lemos; NAJBERG, Estela; LOTTA, Gabriela Spanghero. O burocrata de médio escalão na implementação de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 416-432, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/h7h7TSdQ8pYpMxhnJ9gxbkt/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 27/12/2021.

OLIVEIRA, Vanessa Elias; ABRUCIO, Fernando Luiz. Burocracia de médio escalão e diretores de escola: um novo olhar sobre o conceito. In: PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias (org.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**, p. 207-226. Brasília: Ipea; Enap, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8605/1/Burocracia%20de%20m%C3%A9dio%20> Acesso em: 18/01/2022.

PACHECO, Eliezer. Os institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/insti_evolucao.pdf Acesso em: 18/01/2022.

PEREZ, José Roberto Rus. Por que pesquisar implementação de políticas educacionais atualmente? **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 1179-1193, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/gCjwL6rYr6sHpMPBGTwL73c/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 27/12/2021.

PIRES, Roberto. O trabalho na burocracia de médio escalão e a sua influência nas políticas públicas. In: PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. (Orgs.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**, p. 185-206. Brasília: Ipea; Enap, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8609/1/O%20Trabalho.pdf> Acesso em: 01/09/2022.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA – PNP 2022 (Ano Base 2019). Disponível em: <https://app.powerbi.com/viewr=eyJrIjojZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYj> Acesso em: 05/09/2022.